

**SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA\***  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

**P.** - Qual a perspectiva em torno da Reforma do Judiciário?

**S.F.T.-** A Reforma, que vem se arrastando no Congresso há tanto tempo, e descontentando gregos e troianos, é hoje imprescindível ao aprimoramento do nosso Judiciário, reconhecidamente lento, formalista, de difícil acesso, pesado e com muitas outras deficiências e carências. A sociedade brasileira, na verdade, merece um Judiciário muito melhor do que esse que temos.

**P.** - Então, o que é preciso para melhorá-lo?

**S.F.T.-** Em primeiro lugar, vontade política em realizar uma verdadeira Reforma. Em segundo, entregar a sua elaboração a pessoas realmente competentes para realizá-la. Há muita gente palpitando, sem maior experiência e conhecimento do tema. Na área política, por exemplo, uma das raras exceções nesse campo tem sido o Senador Bernardo Cabral, relator no Senado, um político que sabe ouvir e conhece a matéria.

**P.** — Quais são os pontos prioritários em seu entendimento?

**S.F.T.-** Em primeiro plano, a criação do Conselho Nacional de Administração da Justiça, a propósito do qual há, infelizmente, muitos palpites infelizes, como esse concernente à sua composição também por pessoas estranhas à magistratura, na contra-mão da História, sabido que os Conselhos foram criados após a 2ª Grande Guerra para assegurar a independência dos juízes.



<http://bdjur.stj.gov.br>

Esse Conselho é essencial para formular o modelo de Judiciário que o País quer e precisa, para planejá-lo e dirigi-lo administrativa, financeira e disciplinarmente.

Os melhores Judiciários do mundo contemporâneo não dispensam esse planejamento e esse comando. No Brasil, não temos nem um, nem outro. Vivemos do empirismo.

Por outro lado, impõe-se também a criação da Escola Nacional da Magistratura, institucionalizada, que terá um papel relevantíssimo, quer para formular o sistema nacional de formação inicial e continuada dos magistrados, quer como fórum nacional para o debate dos grandes temas que interessam ao Judiciário como Poder e instituição, quer para a elaboração de estudos e anteprojetos, a exemplo das reformas legais, devendo essa Escola voltar-se também prioritariamente para o planejamento permanente.

**P.** — Há outros pontos essenciais além desses?

**S.F.T.**— Entre eles, o aumento racional de juízes; melhores critérios de recrutamento dos magistrados, priorizando a vocação; depuração do sistema de competências entre o STF e o STJ; maior preocupação com a legislação processual, inclusive a sua desconstitucionalização, para flexibilizar as mudanças quando essas se fizerem necessárias, e previsão de mecanismo de maior controle na admissibilidade dos recursos.

**P.** - O que pensa da feminilização da Justiça?

**S.F.T.**— É um fenômeno mundial. E a igualdade entre homens e mulheres, em termos de participação, decorre da própria Constituição. Além do mais, vencidas as dificuldades iniciais, hoje se vê que as mulheres vêm dando excelente contribuição, como atestam, entre outras, as Ministras Ellen Gracie, Eliana Calmon, Fátima Nancy Andrighi, Laurita Vaz e Maria Cristina Peduzzi, no STF, no STJ e no TST.

**P.** - E a juvenilização?

**S.F.T.—** Não sou contra. As vantagens do recrutamento de jovens superam em muito as desvantagens. Na realidade, a única desvantagem de peso é a falta de experiência. Mas essa é perfeitamente suprida por intermédio das escolas judiciais. O que não é admissível é recrutar jovens e não lhes proporcionar uma formação inicial adequada. Aí, só os excepcionalmente vocacionados e talentosos para a judicatura conseguem superar.

**P.** — O Senhor tem defendido criação da Escola Judiciária Eleitoral. Como funcionará e quais os seus objetivos?

**S.F.T.—** A Justiça Eleitoral tem grande relevo nos destinos do País, na medida em que preside, por comando constitucional, o processo eleitoral, a votação e a apuração das eleições, diplomando os eleitos e assegurando a igualdade, a lisura e a regularidade do pleito.

Nesse contexto, recomendável que juízes, assessores, membros do Ministério Público, advogados e universitários tenham especialização em Direito Eleitoral, o que, em regra, não acontece, predominando a improvisação, o que é incompreensível. Por isso, estamos dando os primeiros passos para reverter essa situação. Enquanto não criada na Reforma do Judiciário a Escola Nacional da Magistratura, institucionalizada, que deverá ter também essa preocupação como um dos seus objetivos, e não apenas em períodos eleitorais, vamos começar com cursos rápidos, por iniciativa do próprio TSE, estimulando igualmente a participação dos Estados, onde as carências são maiores.

Nesse sentido, estamos programando o primeiro curso já para o próximo mês de setembro, em Brasília.

Estou convencido da imprescindibilidade dessa Escola, ou desse segmento, bem como da sua viabilidade e da importância que representará.

**P.** - O que o Senhor tem a dizer quanto à sua iniciativa de envolver a juventude com as eleições?

**S.F.T.—** Conheci no exterior uma magnífica experiência, que está começando a ser adotada em alguns Estados brasileiros, levando os estudantes de 10 a 15 anos a participarem do processo eleitoral, votando em separado, também em urnas eletrônicas e com títulos eleitorais especiais, mas sem validade na apuração oficial. Esse sistema, até aqui denominado "eleitor do futuro", não só contribui para a formação cultural e cívica dos jovens como também serve para mostrar-lhes a relevância da política na democracia, incentivando-os a valorizá-la e a buscar o seu aperfeiçoamento.

Entendo que temos que cultivar a política como atividade nobre, essencial à cidadania, contribuindo para a formação cívica e cultural da juventude. Assim, estaremos também influenciando no sistema eleitoral e formando as nossas futuras gerações e lideranças.

agosto/2002

